

CONCURSO PÚBLICO N.º 751/2025

Programa do Procedimento

EMPREITADA DE CONCEÇÃO – CONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA
DE ESTUDANTES DA **UNL**

ÍNDICE

SECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

Introdução

ARTIGO 1.º

Identificação do Procedimento

ARTIGO 2.º

Entidade Adjudicante

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

ARTIGO 4.º

Órgão competente para prestar os esclarecimentos

ARTIGO 5.º

Júri do Procedimento

ARTIGO 6.º

Concorrentes

SECÇÃO II | PEÇAS DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 7.º

Consulta das peças do procedimento

ARTIGO 8.º

Esclarecimentos relativos às peças do procedimento

ARTIGO 9.º

Inspeção dos locais de execução da obra

SECÇÃO III | PROPOSTA

ARTIGO 10.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

ARTIGO 11.º

Documentos que constituem a proposta

ARTIGO 12.º

Documentos

ARTIGO 13.º

Apresentação de propostas variantes

ARTIGO 14.º

Idioma dos documentos das propostas

ARTIGO 15.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

ARTIGO 16.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

ARTIGO 17.º

Critério de adjudicação

SECÇÃO IV | ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 18.º

Análise das propostas

ARTIGO 19.º

Relatório Preliminar

ARTIGO 20.º

Audiência Prévia

ARTIGO 21.º

Relatório Final

ARTIGO 22.º ENTREGA DE APENAS UMA PROPOSTA

SECÇÃO V | ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 23.º

Causas de não Adjudicação

ARTIGO 24.º

Dever de adjudicação

ARTIGO 25.º

Notificação da decisão de adjudicação

ARTIGO 26.º

Adjudicação em caso de agrupamento

SECÇÃO VI | HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 27.º

Documentos de habilitação

ARTIGO 28.º

Caução

ARTIGO 29.º

Causas de não adjudicação

SECÇÃO VII | CONTRATO

ARTIGO 30.º

Aceitação da minuta do contrato

ARTIGO 31.º

Reclamações contra a minuta do contrato

ARTIGO 32.º

Celebração de Contrato escrito

SECÇÃO VIII | DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 33.º

Contagem dos prazos

ARTIGO 34.º

Prevalência

ARTIGO 35.º

Despesas e encargos

ARTIGO 36.º

Legislação aplicável

ARTIGO 37.º

Foro competente

SECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

Introdução

O Anteprojeto que se apresenta foi desenvolvido no âmbito do concurso já concluído de conceção construção da *NOVA FCT Student Residence Hall*, Fig. 1, localizada no Campus da Faculdade de Ciências e Tecnologia, no Monte de Caparica, em Almada.



Fig. 1: *NOVA FCT Student Residence Hall*

O Anteprojecto prevê a construção de um edifício com seis pisos com aproximadamente 5.200m² de área bruta, sendo um dos pisos semienterrado. O edifício proposto terá uma capacidade máxima para alojar 202 residentes. Além dos quartos, o projecto inclui áreas de refeição, estudo, convívio, tratamento de roupa, arrumos, bem como instalações sanitárias comuns. De forma a ressaltar o bem-estar dos utilizadores, os espaços foram articulados de forma a não se destinarem apenas a estadia, mas também ao convívio e serviços de apoio aos estudantes hospedados.

Este conceito deve ser replicado com as devidas adaptações na zona anexa à Residência Fraústo da Silva, localizada no Monte da Caparica, em Almada, Fig.2, mantendo o mesmo número de residentes.

O piso semienterrado apresentado no Anteprojeto deverá ser redefinido tendo em consideração a zona interessada de implantação, o que poderá significar, eventualmente, a construção de um piso enterrado em toda a sua extensão, ou outra solução consentânea com a topografia do terreno.

As informações geotécnicas dos terrenos para a nova implantação terão de ser avaliadas cuidadosamente para eventuais adaptações.

As acessibilidades têm de ser redefinidas dentro do contexto da nova localização e tendo em conta a proximidade da Residência Fraústo da Silva.

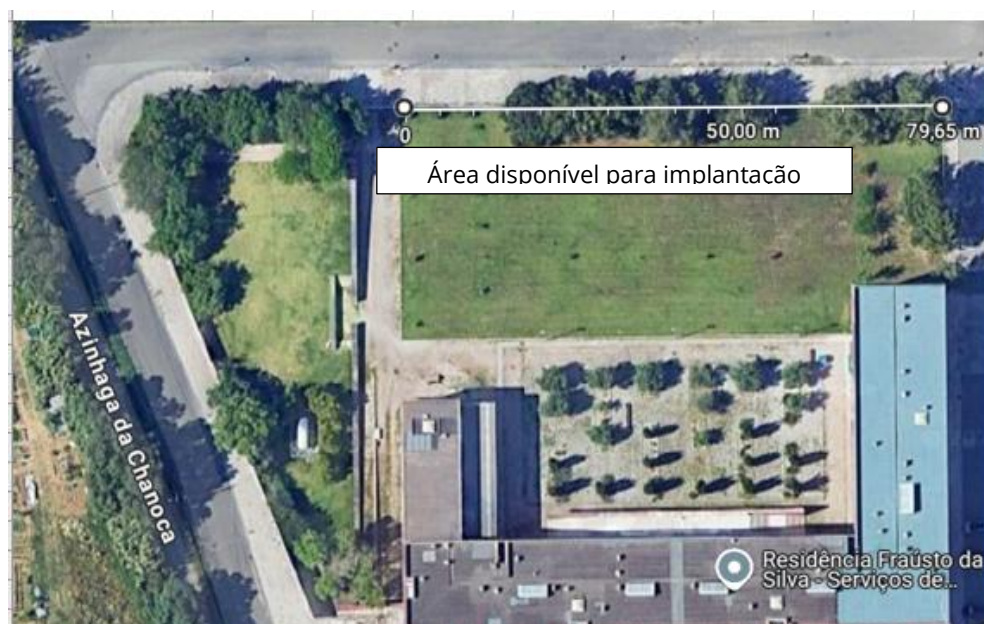


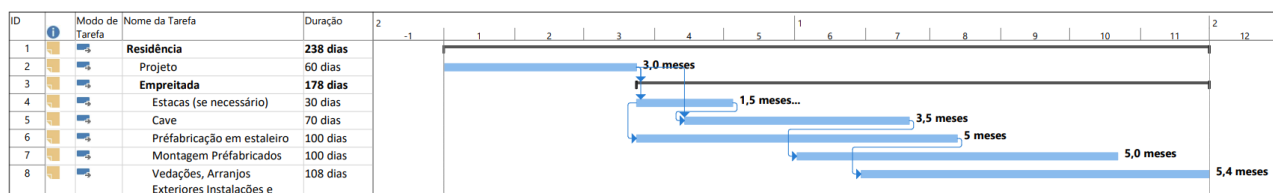
Fig. 2: Zona disponível para implantação | Área anexa à Residência Frausto da Silva

1. O edifício a construir terá de ser um Azeronet (NEZEB). No Anteprojeto apresentado foram considerados 180 módulos fotovoltaicos com classificação Tier de 1 de 535Wp instalados na cobertura e 180 módulos fotovoltaicos com classificação Tier de 1 de 535Wp numa zona próxima (carpark). Naturalmente esta situação terá de ser igualmente reequacionada tendo em consideração as especificidades do novo local de implantação, Fig.2.

2. Conclui-se, assim, que todas as especialidades apresentadas em fase de Anteprojeto foram desenvolvidas para a realidade da *NOVA FCT Student Residence Hall*, terão, naturalmente, que ser devidamente adaptadas para a nova localização, Fig. 2.

Para o projeto da Residência nesta nova localização a informação relativa ao estudo ao geológico e geotécnico, levantamento topográfico e interface com as infraestruturas, devem ser utilizadas as informações constantes nos Anexos A2, A3 e A4.

Com o objectivo de facilitar a abordagem conceção-construção do edifício, apresenta-se o seguinte planeamento estratégico orientativo e não vinculativo:



Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

- O objeto do contrato consiste na Empreitada de Conceção – Construção da Residência de Estudantes para a Universidade Nova de Lisboa através da sua Unidade Orgânica Faculdade de Ciências e Tecnologia, adiante designada por **UNL**.
- O Adjudicatário deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no contrato, à luz do artigo 96.º n.º 2 do CCP, nomeadamente o Caderno de Encargos e respetivos anexos.
- A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Regulamento (CE) n.º 213/2008), com o Código (CPV): 45214700-7 (*Construção de residências universitárias*).
- Trata-se de uma despesa financiada exclusivamente pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Investimento RE-C02-106 – Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis, Aviso de Abertura N.º 4/ C02-106/2024 – Submissão de Candidaturas para Financiamento de Projetos de Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Universidade NOVA de Lisboa, através da sua Reitoria, pessoa coletiva n.º 501559094, sita no *Campus* de Campolide – 1099-085 Lisboa, Portugal, com o telefone n.º 21-371 56 00 e endereço de correio eletrónico dcp.fundacao@unl.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em __/__/2025 pelo o Reitor da Universidade NOVA de Lisboa, no exercício de competências delegadas nos termos do Despacho n.º 5845/2024, emitido pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 100, de 23 de maio de 2024, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do referido despacho.

Artigo 4.º

Órgão competente para prestar os esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados, nos termos do artigo 50.º do CCP, pelo Júri do procedimento.

Artigo 5.º

Júri do Procedimento

O Procedimento é conduzido por um Júri, nomeado pelo Órgão de Direção da UNL, a quem competirá, designadamente:

- a) Prestar esclarecimentos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento;
- b) Pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões apresentadas;
- c) Proceder à análise e avaliação das propostas;
- d) Elaborar os relatórios de análise das propostas;
- e) Elaborar o relatório final e, se necessário, dar resposta às pronúncias dos concorrentes no âmbito da audiência prévia.

Artigo 6.º

Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

SECÇÃO II | PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 7.º

Consulta das peças do procedimento

As peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos e demais documentos) encontram-se patentes na plataforma eletrónica (www.acingov.pt), adiante designada por plataforma, a partir do dia da publicação do anúncio no Diário da República.

Artigo 8.º

Esclarecimentos relativos às peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa do procedimento, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser submetidos através de plataforma eletrónica acingov no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo Júri através de supra referida plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
3. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos prazos supramencionados, ou até ao final do prazo de entrega de propostas.

Artigo 9.º

Inspeção dos locais de execução da obra

1. Durante o prazo para apresentação de propostas e nas datas previstas no número seguinte, os interessados poderão inspecionar os locais onde serão realizados os trabalhos objeto do presente procedimento e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições do local que influam no modo de realização dos trabalhos, devendo para o efeito requisitar o acompanhamento de representante da **UNL**.
2. Sem prejuízo das informações fornecidas no caderno de encargos e respetivos anexos, entende-se que, com a apresentação da sua proposta, o concorrente se inteirou localmente das condições de construção, tendo procedido a todas as avaliações para o efeito necessárias, à verificação das estruturas e dos terrenos e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todo o objeto do contrato.
3. As visitas ao local da Obra para avaliação das condições existentes deverão ser solicitadas na plataforma eletrónica acinGov, com um prazo mínimo de um dia útil de antecedência. No separador "Comunicações» Outras Comunicações", deverá ser identificado o assunto, por exemplo, com a indicação "Inspeção dos locais de execução da obra"
4. . É necessário fornecer o nome das pessoas, o respetivo número de identificação civil, e a matrícula do(s) veículo(s) que irão entrar no campus da **UNL**.
5. Não serão aceites quaisquer reclamações decorrentes de uma avaliação inadequada ou da não avaliação das condições locais.
6. Nos dias das visitas os interessados deverão dirigir-se ao Edifício I do *Campus* da **UNL**.

SECÇÃO III | PROPOSTA

Artigo 10.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

1. As propostas, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentadas, diretamente na plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt, até às 23h59m do 30.º (trigésimo dia) contar da data de envio para publicação do anúncio do presente procedimento no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.
3. Todos os documentos introduzidos na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto e Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014.

Artigo 11.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta a apresentar deverá, observando o disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) que poderá ser preenchido através do seguinte endereço <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, de acordo com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa do Procedimento;
 - b) Documentos que contém os respetivos atributos:
 - i) Certidão permanente da empresa, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - ii) Identificação de quem tem poderes para representar a Empresa/Instituição (nome completo, número de identificação civil e respetiva data de validade);
 - iii) Documento que contenha o preço total e preços parciais propostos, com indicação expressa da não inclusão do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar. O preço da proposta deverá ser indicado em algarismos e por extenso e mencionar expressamente que aos preços apresentados acresce IVA, se for o caso, conforme modelo constante no **Anexo III**.

A proposta deverá incluir todos os valores afetos à execução da empreitada, pelo que não serão aceites quaisquer encargos extra não contemplados na proposta;

- iv) Declaração do concorrente de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), conforme modelo constante no **Anexo IV**;
- v) Declaração do concorrente de «*Do No Significant Harm*» - *Princípio de Não Prejudicar Significativamente*, na aceção do artigo 17.º do Regulamento (EU) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento da Taxonomia da EU), em particular, dos normativos legais, nacionais e comunitários, aplicáveis em matéria de gestão de resíduos, nomeadamente do Regime Geral de Gestão de Resíduos e do Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro, aprovados nos Anexos I e II, respetivamente, do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que transpõe para a legislação nacional as Diretivas (EU) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852, conforme modelo constante no **Anexo V**;
- vi) Ficha Curricular do Coordenador de projeto, com os respetivos elementos curriculares, devidamente assinada pelo próprio e pelos representantes legais do concorrente, elaboradas de acordo com o modelo constante **Anexo IX**;
- vii) Declaração referente ao prazo de garantia da obra, de acordo com o **Anexo X**;
- viii) Documento (assinado pelo concorrente ou seus representantes) que contenha os seguintes atributos:
 - i. Condições gerais e particulares da proposta;
 - ii. Indicação do prazo de execução da obra, nos termos do Caderno de Encargos;
- ix) O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.

2. Toda a proposta deve ser assinada digitalmente pelo concorrente ou seus representantes.

3. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser, sob pena de exclusão:

- a) Assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum mandatado para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;
- b) Acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;

- c) Acompanhada de documento que indique os preços parciais dos trabalhos de cada um dos seus membros, nos termos do disposto no artigo 60.º, n.º 5 do CCP.

4. Serão excluídas ainda, as propostas cuja a análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71º do CCP;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis,
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 12.º

Documentos

1. Todos os documentos enviados, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados mencionados no número 1 do presente artigo são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (ANS), através do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), ou emitidos por uma entidade constante da Lista de Confiança da UE (EU Trusted List), nos termos do Regulamento (UE) n.º 910/2014 (Regulamento eIDAS).
3. Nos casos em que a assinatura eletrónica qualificada inclua um atributo profissional reconhecido, o mesmo será validado através do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), gerido pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA).
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento (certidão permanente online, cópia de procuração ou outro), no qual conste o poder de representação do assinante.

Artigo 13.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas que sejam variantes nos termos do artigo 59.º do CCP.

Artigo 14.º

Idioma dos documentos das propostas

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 15.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo mínimo de **120 (cento e vinte dias)** dias da contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

Artigo 16.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

O Júri, no dia útil, imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica acingov, aplicando o disposto no artigo 138.º do CCP.

Artigo 17.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade “multifator”, de acordo com o modelo de avaliação constante no **Anexo B** ao presente programa de procedimento, à luz da alínea a) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, de acordo com os seguintes fatores e subfactores:

| Fatores | Ponderação |
|--|------------|
| A. PREÇO | |
| A1. Preço da Obra | 70 % |
| A2. Preço do Projeto | 10 % |
| B. EXPERIÊNCIA DO COORDENADOR DO PROJETO | 10 % |
| C. PRAZOS DE GARANTIA DA OBRA | |
| C1. Prazo de garantia de elementos construtivos não estruturais ou de instalações técnicas | 5 % |
| C2. Prazo de garantia de equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis | 5 % |

2. No caso da avaliação das propostas terminar empatada, o critério de desempate será o constante no modelo de avaliação das propostas.
3. Em caso de sorteio, a realizar nas instalações da **UNL**, serão convidados a assistir todos os concorrentes. Na impossibilidade de comparência de algum dos concorrentes, ou na eventualidade do sorteio não poder ser realizado presencialmente, por factos não imputáveis à **UNL**, será enviado endereço URL para realização do ato à distância, através de plataforma utilizada pela **UNL**.
4. O ato de sorteio será realizado nos termos definidos no **Anexo VI** ao presente Procedimento. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o Júri.

SECÇÃO IV | ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º

Análise das propostas

1. No dia útil imediatamente seguir ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação, na plataforma eletrónica de contratação, da lista das propostas admitidas.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder, na plataforma de contratação, à consulta de todas as propostas apresentadas.

Artigo 19.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a admissão e exclusão de propostas, bem como a ordenação das propostas admitidas.
2. Do relatório preliminar consta ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos previstos no artigo 72.º do CCP.

Artigo 20.º

Audiência Prévia

1. Elaborado o relatório preliminar previsto no artigo anterior, o Júri envia-o aos concorrentes, na plataforma eletrónica de contratação, para que estes se possam pronunciar, por escrito, em sede de audiência prévia, concedendo-lhes, para o efeito, o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2. Durante a fase de audiência prévia, todos os concorrentes têm acesso, através da plataforma eletrónica de contratação, às comunicações trocadas com os demais concorrentes pertinentes ao procedimento e às propostas por estes apresentadas.

Artigo 21.º

Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as pronúncias dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final de avaliação das propostas, juntamente com os demais documentos que compõem o procedimento, é enviado pelo Júri ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 22.º

Entrega de apenas uma proposta

1. Caso seja entregue apenas uma proposta, o júri manter-se-á em funções para a análise e verificação do cumprimento de todos os requisitos exigidos pelas peças do procedimento.
2. No caso previsto no número anterior, não haverá lugar à elaboração dos Relatórios previstos nos artigos 146.º e 148.º do CCP, bem como da Audiência Prévia do concorrente, exceto nos casos em que se proponha a não adjudicação da única proposta apresentada.

SECÇÃO V | ADJUDICAÇÃO

Artigo 23.º

Causas de não Adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - b) Por circunstâncias, imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
 - d) Para efeitos de adjudicação do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de proceder à não adjudicação caso o **Contrato-Programa de Financiamento n.º 38_02/CO2-I06/2024**, no âmbito do **Programa Nacional de Alojamento para o**

Ensino Superior (PNAES), apoiado pelo **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, não venha a ser outorgado em tempo útil.

2. Caso seja tomada a decisão de não adjudicação nos termos supramencionados, extinguir-se-á o presente procedimento, considerando-se revogada a decisão de contratar, nos termos dos artigos 79.º e 80.º, ambos do CCP.
3. Ressalve-se que a decisão de não adjudicação, em conformidade com os números anteriores, não conferirá qualquer direito a compensação financeira ou indemnização aos concorrentes que tenham apresentado proposta no âmbito do presente procedimento.
4. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.

Artigo 24.º

Dever de adjudicação

1. A **UNL** deverá tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção de propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a **UNL** notifica o adjudicatário para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento.

Artigo 25.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a **UNL** notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte.
3. As notificações referidas no número anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise de propostas e da minuta de contrato.

Artigo 26.º

Adjudicação em caso de agrupamento

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica do presente programa do procedimento.

SECÇÃO VI | HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

Artigo 27.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa do procedimento [*cfr.* Anexo II do CCP].
- b) Documento comprovativo da titularidade do alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo IMPIC, contendo as habilitações conforme o disposto na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos;
- c) Documento que contenha o Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, conforme exigido na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo - <https://rcbe.justica.gov.pt/>;
- d) Seguintes documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no artigo 83.º-A do CCP:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - iv. Certificado de registo criminal da empresa;
 - v. Certidão permanente da empresa - ou disponibilização do código de acesso para a consulta online - com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

e) Documento comprovativo das qualificações dos elementos da equipa de projeto para o desempenho das funções no âmbito das prestações objeto do Contrato, de acordo com o n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua última redação.

f) Declaração de responsabilidade dos elementos da equipa de projeto em como assumem o desempenho das funções no âmbito das prestações objeto do Contrato, de acordo com o n.º 1 do artigo 23º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua última redação, conforme modelo do **Anexo XI**.

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:

- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) O documento de habilitação previsto na alínea f) do n.º 1 deve ser apresentado por todos os membros que exerçam a atividade da construção, devendo a empresa de construção responsável pela obra ser detentora de habilitação contendo para a 1.ª Subcategoria (Estruturas e elementos de betão) da 1.ª Categoria (Edifícios e Património Construído) classe que cubra o valor correspondente ao preço da obra, nos termos do n.º 2 da Cláusula 7.ª do caderno de encargos, sem prejuízo da exigência de habilitação nas outras classes e subcategorias relativos aos restantes trabalhos a executar.

3. O Adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Poderá ainda o Adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.

4. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, quando pela sua natureza ou origem, estejam redigidos numa outra língua.

5. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a respetiva supressão.

Artigo 28.º

Caução

1. O Adjudicatário deve prestar, no prazo de **10 (dez) dias** úteis a contar da notificação de adjudicação prevista no artigo 77.º, n.º 2 do CCP, uma caução no valor de 5 % do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

2. A caução referida no número anterior deve ser prestada de à luz do artigo 90.º do CCP e de acordo com o modelo constante nos **Anexo VII e VIII** ao presente programa do procedimento.

3. A **UNL** pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo Cocontratante.
4. Nos termos do artigo 353.º do CCP , será exigido um reforço da caução prestada, com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos será deduzido o montante correspondente a 5 % desse pagamento.
5. A dedução prevista no número anterior pode ser substituída pelo Adjudicatário, mediante garantia bancária à primeira solicitação, seguro-caução ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, nos mesmos termos estabelecidos no artigo 90.º do CCP para a prestação inicial da caução.

Artigo 29.º

Causas de não adjudicação

1. A adjudica caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados ou não apresentar os mesmos em língua portuguesa ou em tradução legalizada;
 - b) não prestar caução no prazo fixado para o efeito, se for esse o caso;
 - c) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;
 - d) Não comparecer no dia, hora e locais fixados para a outorga do contrato.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos da alínea *a)* ou *b)* do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

SECÇÃO VII | CONTRATO

Artigo 30.º

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar aquando da decisão de adjudicação.

2. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário pelo órgão competente para a decisão de contratar, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos

3. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao Adjudicatário.

Artigo 31.º

Reclamações contra a minuta do contrato

1. São admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base do procedimento.

2. Em caso de reclamação, a **UNL** comunica ao Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

Artigo 32.º

Celebração de Contrato escrito

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de aceitação da respetiva minuta pelo Adjudicatário ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º
- c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

SECÇÃO VIII | DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33.º

Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente programa do procedimento contam-se nos termos do artigo 470.º do CCP.

Artigo 34.º

Prevalência

Nos termos do n.º 6 do artigo 132.º do CCP, as normas do presente programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes e, nos termos do artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do Procedimento com elas desconformes.

Artigo 35.º

Despesas e encargos

1. Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas.
2. São da responsabilidade do adjudicatário todas as despesas e encargos inerentes a redução do contrato a escrito.

Artigo 36.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente documento aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 37.º

Foro competente

O foro competente para a resolução de litígios relacionados com o presente Procedimento é o Tribunal Administrativo da Comarca de Lisboa.